

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAIUVA E A EMPRESA SUPLETEC SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. - ME, OBJETIVANDO A REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO “JOSÉ PEDRO RAPETTI”.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE TAIUVA**, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, na Rua 21 Abril, nº 334, inscrito no CNPJ sob nº 45.339.611/0001-05, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **FRANCISCO SERGIO CLAPIS**, brasileiro, solteiro, RG nº 15.642.887-8, CPF/RF nº 074.856.098-07, residente e domiciliado na Rua Jorge Tibiriçá, nº 20, em Taiuva, neste Estado, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **SUPLETEC SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. - ME**, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 1503, Sala 05, Vila Recreio, CEP 14860-000, na cidade de Barrinha, Estado de São Paulo, CNPJ nº 10.315.057.0001-33, Inscrição Estadual nº 205.033.920.115, neste ato representada por sua proprietária: **MARIA ALICE CIPRIANO GONÇALVES**, Cédula de Identidade (RG) nº 12.686.369-6-SSP/SP e CPF/MF nº 064.484.588-08, residente e domiciliado na Rua Nestor Martins Silva Filho, nº 63, CEP 14860-000, na cidade de Barrinha, Estado de São Paulo, a seguir denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o ato adjudicatório do **Processo de Licitação nº 20/2020**, referente à **Tomada de Preços nº 03/2020**, que integra este instrumento, independentemente de transcrição, têm entre si, plenamente ajustado, o presente contrato administrativo que se regerá pelas cláusulas e condições adiante discriminadas, que as partes reciprocamente aceitam e outorgam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Serviços de engenharia, mediante empreitada por preço global, para reforma do Terminal Rodoviário “José Pedro Rapetti”, referente ao **PROCESSO 3031318/2019 - Convênio 856/2019**.

CLÁUSULA SEGUNDA - SÃO ANEXOS DESTES CONTRATOS - Além da vinculação ao edital e seus anexos, bem como documentos e proposta apresentada, é anexo deste contrato a planilha de preços originada da proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MATERIAIS - É de competência da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA - DA QUALIFICAÇÃO DO OBJETO - Em qualquer tempo, o **CONTRATANTE** poderá solicitar da **CONTRATADA**, a comprovação de qualificação ou aprovação dos materiais empregados na obra, no seu todo ou em parte, emitido pelo órgão competente, que deverá ser apresentado, num prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pela **CONTRATADA**.

Parágrafo único - Diante da não comprovação, de que trata este dispositivo, a **CONTRATADA** ficará obrigada a promover, sem qualquer tipo de ônus ao **CONTRATANTE**, a substituição do material em questão, sob pena de inadimplência do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA INICIALIZAÇÃO DAS OBRAS - Os serviços serão iniciados por Ordem de Inicialização dos Serviços emitida pelo Chefe do Executivo conjuntamente com a Engenharia Municipal, com recebimento expresso da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO - O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

I. Unilateralmente pela Administração:

a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites estabelecidos pelo art. 65 § 1º da lei 8.666/93, condicionado ao limite de sua modalidade licitatória;

c) No caso de supressão se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

II. Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução; quando necessária à modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS - Para cada etapa de serviços uma vez acabados, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro por Etapas, serão medidos e avaliados pela Engenharia Municipal, a qual emitirá a Laudo de Medição de Etapa Acabada, ou manifestar-se sobre quaisquer correções de serviços.

Parágrafo único - Entende-se como Etapas de Serviços, aquelas distribuídas e especificadas pelo Cronograma Físico-Financeiro.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA OBRA - Uma vez efetuada na sua totalidade (100% - cem por cento), a obra será recebida provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, de competência da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA - A obra será recebida definitivamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, de competência da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93. O prazo para observação da obra será de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento provisório da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Engenheiro Municipal, permitida a designação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes as suas atribuições.

§1º - O Engenheiro Municipal anotará em registro próprio, através de diário de obra, todas as ocorrências relacionadas com a execução da obra, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§2º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Engenheiro Municipal deverão ser solicitadas ao Executivo Municipal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PREÇOS - O preço unitário de cada item é aquele constante da planilha orçamentária anexa, que é parte integrante do presente contrato.

Parágrafo único - O Valor Global deste contrato é de **R\$ 46.813,78 (quarenta e seis mil, oitocentos e treze reais e setenta e oito centavos)**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ATUALIZAÇÃO DE PREÇO - Os preços serão fixos e imutáveis excetuando-se os casos de reequilíbrio financeiro, na forma disposta pelo dispositivo deste contrato - **CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PRAZO E DA PRORROGAÇÃO - O prazo de duração deste contrato é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura. A entrega da obra será de 2 (dois) meses, contados da ordem de início dos serviços, nos termos do cronograma físico-financeiro anexo.

§1º - A Ordem de Serviço será emitida em até trinta dias contados da assinatura do contrato.

§2º - Eventuais aditivos junto ao Convênio, ensejará o Aditivo deste instrumento de Contrato, prorrogável por igual período ao do aditivo do convênio, observados os termos do artigo 57 da Lei 8.666/93.

§3º - Este contrato poderá encerrar-se antecipadamente uma vez cumpridas, por ambas as partes, todas as obrigações aqui pactuadas.

§4º - Tanto o prazo do contrato quanto o prazo para a entrega da obra, somente serão prorrogados através de Termo Aditivo, mediante justificação a juízo motivado da Administração **CONTRATANTE**, nos termos do §1º, do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

§5º - O prazo de liberação do canteiro de obras poderá ser justificado para prorrogação da entrega provisória da obra e/ou do contrato, apenas em complementação de tantos quantos foram os dias postergados, contados da assinatura do contrato.

§6º - O prazo para conclusão das obras e serviços também poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que ocorra algum motivo superveniente, ou de força maior, devidamente justificado, autuado em processo e enquadrado numa das hipóteses previstas no §1º, do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO - O pagamento ficará condicionado à liberação dos recursos financeiros provenientes da **Secretaria de Desenvolvimento Regional/Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais - SCMENG**, de que trata o **Processo 3031318/2019 - Convênio 856/2019**.

§1º - Somente após a liberação do valor correspondente ao repasse estadual, é que a **CONTRATADA** receberá, em parcela única, em até 30 (trinta) dias o valor integral da referida liberação.

§2º - A liberação será efetuada após a aprovação da conclusão integral do objeto nos termos do Convênio 856/2019, Anexo XVI, do Edital, que é parte integrante deste contrato.

§3º - O valor correspondente à contrapartida municipal será pago em até 30 (trinta) dias da aprovação definitiva da integralidade da obra.

§4º - O município não responderá por atrasos e/ou liberações, que não tenha dado causa, no que se refere ao prazo estabelecido no §1º desta cláusula.

§5º - Como condição de pagamento a correspondente nota fiscal deverá ser emitida e entregue ao engenheiro municipal, após a devida medição aprovada por definitiva.

§6º - A **CONTRATADA** deverá fazer constar no corpo da nota fiscal:

I. Número do Processo: 3031318/2019 - Convênio 856/2019.

II. Partícipes: Secretaria de Desenvolvimento Regional/ Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais – SCMENG e o Município de Taiuva-SP.

III. Objeto do Convênio: Reforma do Terminal Rodoviário “José Pedro Rapetti”.

IV. Caixa Econômica Federal

V. Agência nº 4993

VI. Conta Corrente nº 003 - 537-7

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS

FINANCEIROS - Os recursos financeiros serão atendidos pelo orçamento vigente, constantes da indicação contábil, e por dotações futuras vigentes para exercícios posteriores, no caso do contrato acampar novo exercício em função de prorrogações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DOTAÇÕES

ORÇAMENTÁRIAS:

Ficha 419

02 - Executivo

02.10.00 - Departamento de Obras e Serviços

26.782.0030.1015 - Revitalização do Terminal “Jose Pedro

Rapetti”

4.4.90.51 - Obras e Instalações

100.098 - Transferência do Estado

Ficha 420

02 - Executivo

02.10.00 - Departamento de Obras e Serviços

26.782.0030.1015 - Revitalização do Terminal Rodoviário

“José Pedro Rapetti”

4.4.90.51 - Obras e Instalações

110.000 Geral - Tesouro.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO SUPORTE LEGAL - Este

Processo Licitatório é regulado pelos seguintes dispositivos legais: -

Lei Federal nº 8.666/93;

Lei Federal nº 9.648/98;

Lei Orgânica do Município;

Orçamento Vigente;

Tomada de Preços nº 03/2020;

CONVÊNIO 856/2019 - PROCESSO 3031318/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES

DA CONTRATADA:

I. Inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO);

II. A placa de indicação da obra é de competência da

CONTRATADA:

III. Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

IV. Responsabiliza-se pelos encargos previdenciários, tributários, trabalhistas, fiscais e sociais, que venham a incidir sobre a execução do contrato;

V. Responsabiliza-se pela Anotação da Responsabilidade Técnica – ART, a qual deverá ser entregue, em até 05 (cinco) dias úteis, no Departamento de Engenharia do **CONTRATANTE**, antes do início da obra;

VI. Providenciar nova emissão e entrega, no Departamento de Engenharia do **CONTRATANTE**, da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, no caso de mudança do engenheiro profissional da **CONTRATADA**;

VII. Reparar, refazer, remover, corrigir e substituir, às suas expensas, sem qualquer acréscimo monetário, no total ou em parte, o objeto deste Instrumento, quando se verificarem vícios, defeitos, incorreções e má qualidade;

VIII. Responsabiliza-se por danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em que se verificarem falhas na execução do objeto, sendo que a fiscalização designada pelo **CONTRATANTE** não caracteriza a exclusão destas responsabilidades;

IX. Eventuais locomoções, acomodações e alimentações de pessoal, para cumprimento do contrato;

X. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no caso de mudança de situação no contrato social, endereço ou telefone;

XI. Manter durante toda a execução do contrato compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XII. Uso de materiais e equipamentos próprios, no que couber para execução do contrato;

XIII. Fornecimento e fiscalização, de seus funcionários, no que tange ao uso de Equipamentos de Proteção Individual, durante a execução contratual;

XIV. Manter conta bancária no nome empresarial da contratada, disponível para pagamento mediante depósito somente na conta do favorecido;

XV. Garantir a obra no tocante aos materiais empregados e a execução, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo, nos termos do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil);

XVI. O cumprimento integral de todas as normas legais relativas à proteção ambiental, que sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

I. Emitir a Ordem de Inicialização dos Serviços, após a aceitação da Secretaria da Habitação;

II. Rejeitar qualquer serviço se não executado de acordo com as normas estabelecidas;

III. Regressar contra a **CONTRATADA** no caso de indenização ou reparação a terceiros em razão da execução dos serviços objeto do contrato;

IV. Executar o pagamento, à **CONTRATADA**, da forma disposta;

V. Dar aceitação ao projeto ou apontar correções ou obscuridades;

VI. Manter a ordenação dos prazos estipulados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA FISCALIZAÇÃO - A **CONTRATADA** fica condicionada a prestação de todos e quaisquer esclarecimentos solicitados pela **CONTRATANTE** através de seus agentes competentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS DO CONTRATO - Para os casos omissos serão resolvidos pela Lei nº 8.666/93, sendo que em caso de lacuna o contrato poderá ser adequado, amparando-se pela legislação, reguladas pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

§1º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§2º - A rescisão do contrato poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III. Judicial, nos termos da legislação.

§3º - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§4º - Constituem motivos para rescisão do contrato por ato unilateral da Administração:

I. Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. Lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra nos prazos estipulados;

IV. Atraso injustificado no início da obra;

V. Paralisação da obra sem justa causa e prévia comunicação à administração;

VI. Cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste contrato;

VII. Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

VIII. Cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas no Diário de Obras, na forma do § 1º do art. 67 da lei 8.666/93;

IX. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X. Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de execução do contrato.

§5º - O **CONTRATANTE** deverá ressarcir dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido a **CONTRATADA** e ainda promover a devolução da garantia contratual, os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e os pagamentos do custo da desmobilização, quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da **CONTRATADA**, nos seguintes casos:

I. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

II. A supressão da obra, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da lei 8.666/93;

III. Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

IV. Atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Administração decorrente de obra ou parcela desta, já recebido ou executado, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

V. Não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificados no projeto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES - Ficarã impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Taiuva/SP, pelo prazo de até 2 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que:

- I.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- II.** Não mantiver a proposta, lance ou oferta;
- III.** Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;
- IV.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- V.** Atrasar na entrega do objeto contratado.

§1º - Demais sanções administrativas são aquelas previstas pelos Artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA MULTA - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito devidamente comprovados, as inadimplências incorrerão aos contraentes deste contrato:

- I.** Multa à razão de 5% (cinco por cento) do valor da inadimplência;
- II.** Juros à razão de 1% (um por cento) do valor da inadimplência, ao mês;
- III.** Correção monetária pela Tabela Prática Judicial.

Parágrafo único - Havendo rescisão contratual o valor da multa será de 10% (dez por cento) do valor global remanescente do contrato, a quem deu causa, excetuando-se dos casos fortuitos ou de força maior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO - Fica eleito o Foro de Jaboticabal, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS - O contrato originário deste certame regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único - Por estarem assim justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento na presença de duas testemunhas que também assinam, para que surta os legais e jurídicos efeitos.

Taiuva, 10 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIUVA - CONTRATANTE
FRANCISCO SERGIO CLAPIS - PREFEITO MUNICIPAL

SUPLETEC SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. - ME - CONTRATADA
MARIA ALICÉ CIPRIANO GONÇALVES - PROPRIETÁRIA

TESTEMUNHAS

MARIA IZABEL B. CAMPESI
RG Nº 12.788.809

VALDENICE AP. VENTRIZ
RG Nº 9.315.650

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAIUVA

CONTRATADA: SUPLETEC SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. - ME

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2020

OBJETO: Serviços de engenharia, mediante empreitada por preço global, para reforma do Terminal Rodoviário “Jose Pedro Rapetti”, referente ao **PROCESSO 3031318/2019 - CONVÊNIO 856/2019.**

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a)** O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c)** Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d)** Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a)** O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Taiuva, 10 de junho de 2020.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Francisco Sergio Clapis

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 074.856.098-07 **RG:** 15.642.887-8

Data de Nascimento: 09/07/1966

Endereço Residencial Completo: Jorge Tibiriçá nº 20, na cidade de Taiuva Estado de São Paulo

E-mail institucional: gabinete@taiuva.sp.gov.br

E-mail pessoal: kikotaiuva@hotmail.com

Telefone(s): (16) 99234-8090 / (16) 3246-1207

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Francisco Sergio Clapis

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 074.856.098-07 **RG:** 15.642.887-8

Data de Nascimento: 09/07/1966

Endereço Residencial Completo: Jorge Tibiriçá nº 20, na cidade de Taiuva Estado de São Paulo

E-mail institucional: gabinete@taiuva.sp.gov.br

E-mail pessoal: kikotaiuva@hotmail.com

Telefone(s): (16) 99234-8090 / (16) 3246-1207

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: Maria Alice Cipriano Gonçalves

Cargo: Proprietária

CPF: 064.484.588-08 **RG:** 12.686.369-6 SSP/SP

Data de Nascimento: 02/10/1963

Endereço Res. Completo: Rua Nestor Martins Silva Filho, nº 63, CEP 14860-000, na cidade de Barrinha, Estado de São Paulo

E-mail institucional: supletec.si@gmail.com

E-mail pessoal: supletec.si@gmail.com

Telefone(s): (16) 3943-4380 / 4141-5020

Assinatura: _____

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAIUVA

CNPJ Nº: 45.339.611/0001-05

CONTRATADA: SUPLETEC SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. - ME

CNPJ Nº: 10.315.057/0001-33

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2020

VIGÊNCIA: 10/06/2020 à 10/06/2021

OBJETO: Serviços de engenharia, mediante empreitada por preço global, para reforma do Terminal Rodoviário “Jose Pedro Rapetti”, referente ao **PROCESSO 3031318/2019 - CONVÊNIO 856/2019.**

VALOR TOTAL: R\$ 46.813,78 (quarenta e seis mil, oitocentos e treze reais e setenta e oito centavos).

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Taiuva, 10 de junho de 2020.

Nome e cargo: Francisco Sergio Clapis – Prefeito do Município de Taiuva

E-mail institucional: gabinete@taiuva.sp.gov.br

E-mail pessoal: kikotaiuva@hotmail.com

Assinatura: _____